

Conselho Regional de Química - IV Região

CNPJ: 62.624.580.0001/45 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua Oscar Freire, 2039 - Pinheiros - São Paulo/SP - CEP: 05409-011

Data Compra: 04/05/2026
Data Impressão: 05/05/2026

Ordem de Compra N°: OC043/2026

Informações da Nota:

Conselho Regional de Química IV Região
CNPJ 62.624.580/0001-45 – Inscrição Estadual: Isenta
Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros
CEP 05409-011 – São Paulo/SP

Fornecedor: KOPU B2B LTDA
Endereço: AV MARIA AMELIA RAMOS

Bairro:
Telefone: (41) 8418-5235

Licitação:
Comprador: Waldemir Menezes da Silva

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Nota Fiscal / Vencimento:

N° Empenhos:

Solicitante: Aislan Renato Balza

CNPJ: 45.652.976/0001-87

Número: 515

Cidade: Lages

Email: licitacao.b2b@kopu.com.br

Mod. Licitação:

Mod. Compra:

UF: SC **CEP:** 88521154

Processo:

N° Protocolo:

N° Contrato:

N° Processo Compra: PCS0075/2026

Nome Item	Descrição	Qtd.	Medida	Vr. Unitário	Desconto	Vr. Líquido	Vr. Total Líquido
MINI CADERNETA TIPO MOLESKINE – PERSONALIZADO (70 ANOS SISTEMA CFQ/CRQs)	MINI CADERNETA TIPO MOLESKINE – PERSONALIZADO (70 ANOS SISTEMA CFQ/CRQs)						
MINI CADERNETA TIPO MOLESKINE – PERSONALIZADO (70 ANOS SISTEMA CFQ/CRQs)	CAPA: CAPA DURA EMBORRACHADA, PONTAS BOLEADAS COM ELÁSTICO PARA FECHAR E MARCADOR DE PÁGINA EM CETIM; DIMENSÃO: 90MM X 140MM X 10MM; COR: AZUL-MARINHO; MIOLO: MÍNIMO DE 80 FOLHAS, SEM PAUTA, PAPEL OFFSET. COR DO MIOLO – CREME; GRAMATURA DO MIOLO: MÍNIMO DE 80 G/M ² ; ACABAMENTO: BROCHURA; PERSONALIZAÇÃO DA CAPA: SERIGRAFIA. COR – BRANCO (1X0). Modelo de referência: conforme Estudo Técnico Preliminar Acondicionados em caixas com 100 unidades cada.	200	UNIDADE	9,0000	0,0000	9,00	1.800,00

Conselho Regional de Química - IV Região

CNPJ: 62.624.580.0001/45 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua Oscar Freire, 2039 - Pinheiros - São Paulo/SP - CEP: 05409-011

Data Compra: 04/05/2026
Data Impressão: 05/05/2026

Ordem de Compra N°: OC043/2026

MINI CADERNETA TIPO
MOLESKINE – PERSONALIZADO
(70 ANOS CRQ-SP)

CAPA: CAPA DURA
EMBORRACHADA, PONTAS
BOLEADAS COM ELÁSTICO PARA
FECHAR E MARCADOR DE
PÁGINA EM CETIM;
DIMENSÃO: 90MM X 140MM X
10MM; COR: AZUL CLARO;
MIOLO: MÍNIMO DE 80 FOLHAS,
SEM PAUTA, PAPEL OFFSET. COR
DO MIOLO – CREME;
GRAMATURA DO MIOLO:
MÍNIMO DE 80 G/M²;
ACABAMENTO: BROCHURA;
PERSONALIZAÇÃO DA CAPA:
SERIGRAFIA. COR – AZUL
ESCURO (1X0).

Modelo de referência: conforme
Estudo Técnico Preliminar

Acondicionados em caixas com
100 unidades cada.

MINI CADERNETA TIPO
MOLESKINE –
PERSONALIZADO (70 ANOS
CRQ-SP)

800 UNIDADE	9,0000	0,0000	9,00	7.200,00
-------------	--------	--------	------	----------

Valor Total Dos Itens Extenso:	Nove mil reais	Valor Total Itens:	9.000,00
Desconto Dos Itens Extenso:		Desconto Itens:	0,00
Desconto Sobre A Nota Extenso:		Desconto Sobre A Nota:	0,00
Valor Do Frete:		Valor Frete:	0,00
Valor Total Nota C/Descont. Extenso:	Nove mil reais	Valor Total c/ Desconto:	9.000,00

Condições Pagamento / Observações: PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/2026
PROCESSO CRQ-IV 12/26
Processo Administrativo n° 075/2026
Vinculam a esta Ordem de Compra, independentemente de transcrição:
- O Edital da Licitação;
- O Termo de Referência;
- O Estudo Técnico Preliminar;
- A Proposta do Contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Amostra física dos produtos: conforme item 4.2 – Da amostra física dos produtos – Apêndice do Anexo I –
Estudo Técnico Preliminar.
Somente após a aprovação da amostra física, formalizada pelo CRQ-IV/SP, a Contratada estará autorizada
a confeccionar o objeto.

Centro de custo: GRI

Previsão de Entrega:

Local de Entrega:

Detalhes da Entrega:

RUA OSCAR FREIRE, 2039, - Pinheiros - CEP 05.409-011 - São Paulo/SP.



ANEXO III Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Ordem de Compra nº/2026 constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;



3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



- 4.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.8 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.10 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Nome e Cargo do Representante Legal)